

**MEMÓRIA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

DATA: 25/04/06– HORÁRIO: 13:30 HRS. – LOCAL: Sala de Reuniões /SETP

Participantes

SETP	COGEMAS
Carmen Cristina Zadra	Adilson José dos Santos
Denise Arruda Colin	Cristina N. M. Sobreira
Lenir Aparecida Mainardes da Silva	Dione Terezinha Kniphoff
Solange Fernandes	Fernanda B. Vieira Richa
	João Damásio Oliveira do Nascimento
	Neuza Heuko Swarowski
	Thaís Pasqualin

Representantes da Secretaria Técnica

Ana Maria Macedo
Cristina de Fátima Lima
Kellen Cristina Dalcin
Márcia Mazzarotto
Maria Leonor L. Zanella
Maysa N. de V. Costa
Rosely Lemos

Convidados

Alexandrini R. Oliveira
Eunice Aparecida P. Sommacal
Evanilda R. de Oliveira
Jacira Tomé Pauka
Kelli Regina Albanese
Leandro Nunes Meller
Letícia Raymundo
Lucília do Rocio Lopes Andrade
Magali Jorge Fonzar
Maria Regina Lopan
Rita de Cássia de Mello Corrêa
Sandra C. K. Busnello
Silvânia Maria da Silva
Sônia M. C. Singer

Pauta:

- Aprovação da memória da reunião do dia 21/02/06;
- Apreciação dos modelos de instrumentos de monitoramento e avaliação dos níveis de habilitação dos municípios;
- Aprovação do Regimento Interno da CIB;
- Relatório de Gestão dos municípios para o Estado do Paraná (justificativas e encaminhamentos);
- Apresentação do quadro de habilitações dos municípios;
- Aprovação da logomarca da CIB;
- Critérios de partilha de recursos para a política do idoso.

Informes:

- Ofícios e resoluções da CIB;
- Plano de ação do SUASweb;
- Metas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI.

1 Denise Colin, coordenadora da CIB, iniciou a reunião confirmando o
2 quorum e apresentando os novos membros da CIB, João Damásio Oliveira e
3 Dione Terezinha Kniphoff, representantes do COGEMAS. Em seguida, colocou
4 a pauta em apreciação, solicitando aos presentes que, caso necessário,
5 inserissem itens pertinentes ou alterassem a ordem dos itens de pauta.

6 Denise incluiu na pauta a questão dos critérios de partilha do recurso da
7 política de desenvolvimento do idoso. Fernanda Richa, presidente do
8 COGEMAS, propôs que a ordem da pauta fosse modificada, iniciando
9 primeiramente com a apreciação dos modelos de instrumentos de
10 monitoramento e avaliação dos níveis de habilitação dos municípios, seguida
11 da aprovação do regimento interno da CIB. Sem mais alterações, a pauta foi
12 aprovada pelos membros presentes.

13

14 **Aprovação da memória da reunião do dia 21/02/2006:**

15

16 Márcia Mazzarotto, representante do COGEMAS, propôs a alteração na
17 memória no que se refere à representação do estado do Paraná na CIT. Márcia
18 solicita a inclusão do nome de Fernanda Richa no texto da memória, já que ela
19 também representa o estado na CIT, enquanto suplente, e o município de
20 Fazenda Rio Grande como titular.

21 Letícia Raymundo, representante da Fundação de Ação Social - FAS e
22 participante da reunião, faz alterações no texto da memória referente à sua fala
23 quanto as entidades de atendimento ao idoso. Ela indica a contradição entre a
24 proposta do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS para
25 regulamentação do art. 3º da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que
26 explicita a proibição da cobrança de qualquer taxa de contribuição do usuário
27 do serviço, e o art. 35 do Estatuto do Idoso, que prevê que as entidades
28 filantrópicas podem cobrar até 70 % de qualquer benefício assistencial ou
29 previdenciário recebido pelo idoso. Letícia afirma que se houver proibição da
30 cobrança, este custeio acabará sendo remetido ao município. Solicita que a
31 CIB remeta a questão à CIT.

32

33 **Apreciação dos modelos de instrumentos de monitoramento e avaliação** 34 **dos níveis de habilitação dos municípios:**

35

36 Denise Colin fez um resgate da discussão dos instrumentos e ressalta
37 que ocorrerá a migração dos dados já contidos no Relatório de Gestão e no
38 Plano Plurianual Municipal de Assistência Social – PMAS para os instrumentos
39 de monitoramento e avaliação. Informa que a câmara técnica, pactuada na
40 última reunião para elaboração do instrumento de monitoramento e avaliação,
41 reuniu-se e construiu os instrumentos a partir de questionamentos que
42 abrangessem os itens contidos nas exigências da NOB/SUAS para o pleito aos
43 níveis de habilitação.

44 O primeiro instrumento que foi apresentado na reunião da CIB, em 21 de
45 fevereiro, foi desmembrado em três, conforme os níveis de gestão inicial,
46 básica e plena, e cada um deles contém questões relevantes que buscam
47 confirmar dados e informações através de campos fechados, o que possibilita
48 gerar relatórios.

49 A coordenadora da CIB expôs a proposta preliminar do fluxo de
50 aplicação dos instrumentos que, em princípio, tem a seguinte ordem: os dados
51 já contidos nos instrumentos de gestão próprios do estado do Paraná (Relatório
52 de Gestão e PMAS) são migrados para o instrumento de monitoramento e
53 avaliação de cada município; o escritório regional deverá agendar reunião com
54 representantes do município e dos conselhos municipais para o preenchimento,
55 em conjunto, dos campos que não foram contemplados através da migração de
56 dados ou que requerem confirmação ou revisão. Para este momento serão
57 convidados os conselheiros estaduais, os membros da secretaria executiva do
58 Fórum Estadual de Assistência Social – FOREAS, do COGEMAS e
59 representantes da região. Em seguida, o escritório regional revisa o
60 instrumento e elabora parecer técnico para o aprimoramento e indicação de
61 alterações e melhorias; por último, todo esse processo é encaminhado à CIB,
62 que referenda a habilitação ou indica as revisões necessárias.

63 Denise segue a reunião com a apresentação de cada instrumento
64 conforme o nível de gestão, explicando todos os itens do instrumento.

65 No quadro de ações e recursos, que consta em todos os instrumentos,
66 foi solicitada a inclusão de legenda de todos os fundos, sejam eles municipais,
67 estaduais ou federais.

68 Na apresentação, Denise explicou que conforme o nível de habilitação,
69 as questões tornam-se mais amplas devido às exigências para habilitação. No
70 caso do instrumento de habilitação básica, por exemplo, são necessários
71 dados mais específicos, como por exemplo, sobre a Secretaria Executiva dos
72 Conselhos e o funcionamento do Conselho Tutelar.

73 Os participantes questionaram sobre a periodicidade da aplicação dos
74 instrumentos e principalmente, de seu objetivo, e levantaram a preocupação de
75 que houvesse alguma ação punitiva, como a desabilitação dos municípios, em
76 resposta ao processo de monitoramento e avaliação. Eles também colocaram
77 as principais dificuldades dos municípios, em especial quanto a aplicação
78 correta dos recursos.

79 Márcia Mazzarotto reafirma a preocupação dos escritórios regionais e
80 dos municípios, já que ambos não têm segurança acerca do processo integral
81 de implantação e implementação do SUAS, principalmente no que se refere ao
82 uso dos recursos, pois os municípios ainda não têm clareza e conhecimento

83 exato para fazer cumprir plenamente a dinâmica do SUAS, nem tampouco
84 quanto a legislação pertinente, a utilização dos recursos e a prestação de
85 contas.

86 Denise Colin indica que o órgão gestor estadual também possui algumas
87 dúvidas, já que a sistemática do SUAS é nova para todas as instâncias. A partir
88 da problemática indicada pelos participantes ficou definido que a secretaria
89 técnica da CIB encaminhará ao Ministério do Desenvolvimento Social e
90 Combate à Fome – MDS um ofício solicitando orientações dos elementos de
91 despesas para aplicação de recursos com co-financiamento federal. Além
92 disso, afirma que a SETP realizará capacitações descentralizadas por região,
93 para esclarecimento e orientação quanto aos serviços socioassistenciais a
94 partir do mês de julho de 2006.

95 Com relação aos instrumentos, Letícia Raymundo questiona se não
96 haverá repetição de dados já contidos em outros instrumentos de gestão que
97 são preenchidos pelos municípios. Denise Colin reforça que os dados dos
98 instrumentos que já estão no PMAS e no Relatório de Gestão serão migrados
99 para esse instrumento. Márcia Mazzarotto lembra que não existe nenhum dado
100 além do que a NOB/SUAS exige quanto aos níveis de habilitação.

101 Em seguida, a coordenadora da CIB fez a apresentação do instrumento
102 do nível de gestão plena.

103 Kellen Dalcin, membro da secretaria técnica da CIB, lembrou que muitos
104 itens da primeira versão do instrumento foram redirecionados como questões
105 para aprimoramento do Relatório de Gestão. Sugeriu que se faça reunião com
106 os escritórios regionais e demais instâncias para indicação de sugestões e
107 alterações nos instrumentos de gestão do estado.

108 Denise Colin argumentou que a proposta inicial seria pactuar os
109 instrumentos de monitoramento e avaliação nesta reunião. Porém, devido aos
110 questionamentos apontados, entende-se que possa ser pactuado na próxima
111 reunião, tendo assim, dois meses para o encaminhamento de sugestões pelos
112 membros da CIB e demais gestores.

113 Márcia Mazzarotto falou da dificuldade dos municípios e sugeriu que não
114 se tome nenhuma atitude punitiva, enquanto não forem disponibilizadas
115 maiores instruções.

116 Denise afirma que o ofício a ser encaminhado ao MDS solicitando
117 orientações apresentará, também, o instrumento de monitoramento e avaliação
118 dos níveis de gestão, que poderá servir de modelo para o sistema de
119 informação da Política de Assistência Social através da REDE/SUAS. A CIB
120 encaminhará essas orientações antes da possível desabilitação dos
121 municípios, e este processo será acompanhado de reuniões municipais com os
122 escritórios regionais, CIB, Fórum Estadual de Assistência Social - FOREAS,
123 Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS, COGEMAS e de reuniões
124 regionais.

125 Até o final de maio de 2006 os membros poderão encaminhar sugestões
126 e alterações para o aprimoramento dos instrumentos e, em seguida, inicia-se a
127 organização das reuniões municipais e regionais, a ocorrer no segundo
128 semestre de 2006.

129

130 **Regimento Interno:**

131

132 Foi também pactuado na reunião da CIB de fevereiro que seria
133 composta uma Câmara Técnica para a discussão do regimento interno da CIB.
134 Esta câmara reuniu-se e apresentou as sugestões de alteração do texto aos
135 membros para pactuação.

136 Márcia Mazzarotto explica aos presentes que foi incluído o termo
137 “preferencialmente” em todos os aspectos que envolvem a representação e
138 participação do COGEMAS no regimento interno. Segundo ela, a inclusão
139 desta palavra foi sugerida pois a representatividade dos municípios e dos
140 membros do COGEMAS só será condizente com o que é exigido pela
141 NOB/SUAS quando houver o financiamento desta participação.

142 Leandro Nunes, assessor jurídico do COGEMAS, afirma que o termo
143 indicado está presente em todo texto e questiona se há possibilidade de
144 encaminhar a discussão sobre o financiamento a curto prazo, e assim o termo
145 poderá ser retirado.

146 A coordenadora da CIB afirma que o financiamento da participação em
147 instâncias de deliberação e pactuação está oficializado somente aos
148 representantes do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS e do
149 Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA, sendo

150 que nos demais conselhos e também na CIB a discussão e o encaminhamento
151 administrativo é para que o financiamento se estenda para todos. Porém, com
152 relação ao prazo para ser efetivado, ela afirma que não é possível indicar.

153 As propostas então encaminhadas para análise e pactuação seriam de
154 manter o termo preferencialmente no texto, alterando a representatividade
155 proposta pela NOB/SUAS ou de retirar o termo, buscando encaminhar a
156 proposta de financiamento. A discussão foi posta em apreciação, sendo que
157 07 gestores presentes votaram pela retirada do termo preferencialmente e 03
158 gestores pela manutenção do termo no texto do regimento interno.

159 Consequentemente, a coordenadora da CIB reforça o compromisso de
160 todos no que tange a matéria, tanto do COGEMAS, buscando garantir a
161 representação conforme NOB/2005, quanto da SETP, encaminhando o pedido
162 de financiamento.

163 Em seguida, Márcia encaminha o ofício do COGEMAS a respeito do
164 financiamento da participação à secretaria técnica da CIB e entrega também
165 ofício informando que a próxima reunião do COGEMAS será realizada em
166 Cascavel, no dia 27 de junho, e sugere que a reunião da CIB também seja
167 realizada nesta data e na mesma localidade. Denise afirma que pode
168 assegurar a representação da SETP com três titulares e a secretária técnica,
169 para completar o quorum mínimo.

170 Ainda sobre o regimento interno, Leandro pede a inclusão do termo
171 “indicado por procuração” no artigo 4º, § 3º, que menciona “*o suplente da*
172 *capital será o adjunto do gestor ou seu substituto legal*”.

173 Sem mais inclusões, o regimento interno da CIB foi pactuado e passará
174 a vigorar a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado – DOE, o que
175 ocorreu em 11 de maio de 2006.

176

177 **Justificativas do relatório de gestão:**

178

179 Denise Colin explicou aos presentes que os municípios que não haviam
180 preenchido o Relatório de Gestão para o estado no prazo estipulado deveriam
181 encaminhar à secretaria técnica da CIB uma justificativa do não preenchimento,
182 até o dia 31 de março de 2006. Após este prazo, os municípios que enviaram a

183 justificativa foram listados e foi realizada uma consulta aos membros da CIB
184 para pactuar a reabertura do sistema.

185 A secretaria técnica da CIB apresentou o levantamento final de
186 preenchimento do Relatório de Gestão e informou que todos os municípios
187 penderes encaminharam a justificativa, exceto os municípios de Ortigueira e
188 Icaraíma. A reabertura do sistema para estes dois municípios foi posta em
189 discussão e a CIB pactuou que eles poderão preencher o instrumento, porém
190 com prejuízo de tempo, tendo em vista que o sistema fechará em 31 de maio.

191

192 **Quadro de Habilitações:**

193

194 A coordenadora da CIB fez a leitura do quadro de análise das
195 solicitações de habilitação, relacionando os municípios, os itens incompletos e
196 as sugestões para atendimento dos requisitos dos níveis de habilitação,
197 conforme segue abaixo:

QUADRO DE HABILITAÇÕES REFERENTE AO PERÍODO DE 21/02/2006 À 20/04/2006			
MUNICÍPIO	ESCRITÓRIO REGIONAL	SITUAÇÃO	ANÁLISE
Cafelândia	Cascavel	Pleito à gestão inicial (nova regra - 2006)	Habilitado em gestão inicial (nova regra - 2006)
Ibaiti	Jacarezinho	Pleito à básica	Habilitado em gestão básica
Lindoeste	Cascavel	Pleito à gestão inicial (nova regra - 2006)	Indeferido (continua habilitado em gestão inicial – regra de transição 2005)
Palotina	Cascavel	Pleito à gestão inicial (nova regra - 2006)	Habilitado em gestão inicial (nova regra - 2006)
Rio Negro	Curitiba	Pleito à gestão básica	Indeferido
Santa Tereza do Oeste	Cascavel	Pleito à gestão básica	Indeferido
São Pedro do Ivaí	Ivaiporã	Pleito à gestão básica	Indeferido

198

199

200 Com relação ao município de Rio Negro, Neusa Heuko, gestora do
201 município e membro da CIB, afirma que a pendência nos itens referentes ao
202 Benefício de Prestação Continuada - BPC ocorreu por se tratar de um

203 município de divisa com outro estado, gerando dificuldade de definição exata
204 da população a ser atendida/beneficiada. Alguns membros da CIB sugerem
205 que o gestor realize consulta no site do MDS em que consta a relação de
206 beneficiários do BPC por município.

207 Em seguida, o quadro de habilitações apresentado e avaliado
208 favoravelmente pela Secretaria Técnica da CIB foi pactuado pelos membros.

209

210 **Orçamento da Assistência Social destinado a política de desenvolvimento**
211 **do idoso:**

212

213 O orçamento da SETP para o ano de 2006 prevê a destinação de receita
214 proposta pela área da assistência social no valor de R\$2.800.000,00, voltados
215 à política do idoso. Entretanto, R\$ 800.000,00 do valor total foram cortados
216 pela Assembléia Legislativa do Paraná, totalizando R\$2.000.000,00.

217 Deste montante, R\$200.000,00 serão destinados para elaboração de
218 pesquisa já em andamento, sobre a situação dos abrigos destinados à
219 população idosa.

220 Para potencialização da Rede de Proteção Social Especial foram
221 disponibilizados R\$850.000,00, que conforme a demanda e critérios
222 estabelecidos na política de desenvolvimento do idoso, foram destinados a 10
223 municípios em gestão plena. Também foram estabelecidos critérios para
224 destinação de recursos para centros de convivência, que abrangeriam os 125
225 municípios em gestão básica no estado com recursos no valor de R\$7.500,00
226 para cada grupo de convivência, totalizando R\$945.000,00.

227 Denise afirma que esta destinação de recursos já foi deliberada pelo
228 CEAS e Conselho Estadual dos Direitos do Idoso – CEDI e está sendo
229 apresentada à CIB para pactuação. Os membros da CIB pactuaram e,
230 portanto, a SETP desencadeará os processos junto aos municípios.

231 O ponto de pauta seguinte foi a pactuação do logotipo da CIB, em anexo.

232

233 **Informes:**

234

235 Foram repassados os informes de publicação de ofícios quanto ao prazo
236 de preenchimento do Relatório de Gestão e a resolução que dispõe da inclusão

237 dos novos membros da CIB, representantes do COGEMAS: Dione Terezinha
238 Kniphoff e João Damásio Oliveira do Nascimento.

239 Quanto ao preenchimento do Plano SUASWeb, a secretaria técnica da
240 CIB informou que todos os municípios paranaenses o preencheram
241 corretamente.

242 Já com relação ao Demonstrativo Sintético físico-financeiro do SUAS
243 2005, o MDS informou que devido a problemas do sistema de informática o
244 instrumento ficou indisponível por algum tempo, mas que será reaberto sem
245 prejuízo aos municípios.

246 Carmem Zadra, membro da CIB, expôs os informes sobre a integração
247 dos Programas Bolsa Família – PBF e de Erradicação do Trabalho Infantil –
248 PETI. Além disso, comenta que existe informação extra-oficial de que o estado
249 do Paraná não poderá fazer remanejamento de metas. Porém, assim que
250 houver formalização quanto ao assunto, a discussão será encaminhada à CIB.

251 Quanto ao co-financiamento do governo federal para implantação de
252 Centros de Referência de Assistência Social - CRAS no estado do Paraná,
253 Denise afirma que este assunto será pactuado na próxima reunião da CIT e
254 assim que houver retorno, encaminhará à CIB, escritórios regionais e demais
255 instâncias.

256 Esgotados os itens da pauta, a coordenadora da CIB encerra a reunião
257 reiterando a disposição da secretaria técnica e da SETP para qualquer
258 esclarecimento.